

**TRADUÇÃO LEIGA:** Momrak, K. – Identifying popular power. Who where the people of ancient Near Eastern city-states? *In:* Rollinger, R & Van Dongen, E. (eds.) – Mesopotamia in the ancient world. Impact, continuities, parallels. Munster: Ugarit Verlag, 2015 (p. 417-431).

## **Identificando o Poder Popular**

### **Quem era o povo das Cidades-Estado do Antigo Oriente Próximo?**

Kristoffer Momrak

#### **Democracia primitiva e poder popular**

Os corpos políticos do Oriente Próximo têm sido considerados monarquias despóticas sem cidadãos. Hegel formulou esta visão em sua narrativa sobre o progresso da Liberdade: da Terra da Manhã, onde uma pessoa é livre, passando por Grécia e Roma, onde alguns homens são livres, até a Terra do Anoitecer, onde todos são livres sob as regras de uma monarquia constitucional.<sup>1</sup> Por inúmeras gerações, o conhecimento recebido em torno da natureza dos Estados do Oriente Próximo foi o de que o berço da civilização não tinha política; apenas reis e seus súditos. Houveram vozes contrárias, mais notavelmente Thorkild Jacobsen (1970 [1943]) e Geoffrey Evans (1958); ambos argumentavam que houveram formas primitivas de participação popular na política do Oriente Próximo antes da ascensão da dominação despótica dos reis do Período Dinástico Inicial. Tendo textos mitológicos como base de suas narrativas acerca do desenvolvimento da política, a ideia de uma democracia original na Mesopotâmia falhou em convencer. Como será discutido neste artigo, o problema não é que não existem evidências sobre a participação popular na política do Oriente Próximo. Há, inclusive, muitas evidências de textos legislativos, relatórios de ações judiciais e cartas descrevendo as atividades das cidades do Oriente Próximo durante as idades do Bronze e do Ferro. Essa evidência deixa claro que grupos fora de palácios e templos tinham uma influência considerável na elaboração de decisões legais, o que é uma importante característica de um poder popular. De fato, tanto Jacobsen quanto Evans utilizaram evidências documentais para corroborar seu modelo de uma democracia original. No entanto, é altamente problemático presumir que essas instâncias de poder para além de palácios e templos são sobreviventes de uma democracia original. Além disso, também é problemático utilizar o termo democracia para descrever políticas que

---

<sup>1</sup> Hegel, 1970 [1832-1845]:132.

envolviam grupos fora das grandes instituições do Oriente Próximo, e uma grande parte do problema em definir essa participação popular consiste na dificuldade de identificar um povo politicamente auto-consciente e ativo em nossas fontes.

As evidências sobre as decisões coletivas no Antigo Oriente Próximo têm sido muito discutidas. Vários livros e artigos se esforçam para dar sentido aos vislumbres tentadores acerca deste tema. Desde os anos setenta, vozes opostas nos sistemas políticos mesopotâmicos têm sido estudadas. Há vagamente um senso de que existia algum tipo de oposição popular às regras reais que estiveram além do escopo dos interesses dos escribas de documentos oficiais (cf. Finet, 1973). Jean-Marie Durand enfatizou as tradições de independência política de algumas cidades da Síria na Idade do Bronze, cujas políticas eram definidas por grupos de anciãos ao invés de reis despóticos (Durand, 1988). A peculiar organização política da antiga cidade-Estado assíria tem sido minuciosamente estudada e discutida, em particular por Mogens Trolle Larsen (1976; 2000a) e Klaas R. Veenhof (1972; 1994-95), que demonstraram que os comerciantes da antiga Assíria participavam da tomada de decisões a um nível que desmente a imagem da política mesopotâmica como inerentemente despótica. Nos últimos anos, surgiram inúmeras novas contribuições para o debate acerca da participação popular na política do Oriente Próximo. Marc Van De Mieroop (1997; 1999 [1997]) argumenta que a política das cidades-Estado mesopotâmicas era polarizada entre o rei e o povo, em um cenário no qual o povo tomava decisões relacionadas às suas próprias exigências, sem que estes processos decisórios sequer tenham sido adicionados aos arquivos das autoridades centrais. Em recente livro, Daniel Fleming (2004) argumenta que o elemento tribal do reino de Mari, na antiga Babilônia, praticou tomada de decisões comunitárias em oposição à lei real, buscando o que ele define como uma estratégia corporativa de poder. Andrea Seri (2005) em recente livro discute as evidências para a tomada de decisões grupais em cidades da antiga Babilônia, argumentando que houve inúmeras assembleias e conselhos que cooperavam com os oficiais reais no funcionamento de negócios locais. Gojko Barjamovic (2004) em recente artigo discute as evidências de um auto-governo civil em cidades neo-Babilônicas, argumentando que a menção frequente aos “homens da cidade” ou “filhos da cidade” nas evidências refere-se a um corpo limitado de pessoas, provavelmente um grupo de anciões. Eva von Dassow (2001) em recente artigo argumenta que a maioria dos habitantes das cidades mesopotâmicas eram cidadãos livres com acesso à participação dos processos decisórios. Como será visto, não há concordâncias sobre como avaliar a evidência acerca do poder fora de palácios e templos. Em particular, a

identidade dos cidadãos e o quão inclusivo ou exclusivo eram estes grupos de pessoas parece ser um problema irresoluto.

### **Os críticos classicistas**

Nas discussões acerca da participação popular na política do mundo antigo, o termo democracia eventualmente aparece, com suas origens remetidas aos gregos antigos ou, mais precisamente, aos atenienses. No entanto, é preciso ter em mente que Atenas tinha uma estrutura de inclusão política única, de forma que uma comparação entre as políticas do Oriente Próximo e Atenas se faz infrutífera, servindo apenas para provar que não existiu democracia do Oriente Próximo. Isso é ainda mais notável ao se tratar da questão da participação: até os cidadãos mais pobres de Atenas eram incluídos na política. Ainda que formalmente barrados em cargos oficiais, os cidadãos mais pobres eram incluídos no júri dos tribunais e poderiam participar de assembleias. Tais medidas tomadas para garantir a participação de todos os cidadãos raramente são vistas no mundo antigo. O sistema atribuído a Clístenes tornou os cidadãos atenienses (*demos*), no sentido da maioria dos cidadãos, os soberanos da *polis*. O autogoverno tomou a forma de vigorosos debates públicos, sobre todas as questões políticas, cujas decisões eram tomadas a partir de uma maioria de votantes. Magistrados eram escolhidos por sorteio, a fim de impedir que o poder se acumulasse nas mãos de uma minoria experiente. Estes mesmos magistrados eram submetidos ao exame de suas condutas ao final de seus mandatos. Nunca nenhuma destas características políticas deixou evidências nem foi percebida na política do Oriente Próximo. Se o termo democracia é reservado aos sistemas políticos semelhantes à constituição ateniense pós-Clístenes, ele não pode, de forma alguma, ser aplicado à política do Oriente Próximo.

De fato, a maioria dos especialistas clássicos têm expressado sua frustração com a frequente invocação da existência de democracias anteriores à democracia nas sociedades do Oriente Próximo. Moses Finley criticou a democracia primitiva no artigo de Jacobsen, pontuando que nenhum dos conselhos ou assembleias das cidades mesopotâmicas poderia tomar decisões em oposição aos reis.<sup>2</sup> Mais recente, a democracia primitiva de Jacobsen foi denominada como um espectro, uma ilusão de poder popular, pois todos os processos decisórios

---

<sup>2</sup> Finley, 1983: 52.

coletivos tiveram lugar em sociedades autocráticas.<sup>3</sup> Em um recente livro sobre democracias gregas além de Atenas, Eric Robinson argumenta que o termo democracia não deveria ser aplicado à política do Oriente Próximo, uma vez que não há, nas fontes, uma distinção clara entre conselhos limitados e assembleias mais inclusivas tomando decisões.<sup>4</sup>

Pode ser argumentado que, ao evitar o termo democracia, os acadêmicos consigam discutir formas populares de tomada de decisões em reinos do Oriente Próximo, sem precisar demonstrar semelhanças com os antigos atenienses. Isso permite a investigação de um poder popular em certas áreas do sistema jurídico e político, ainda que não tenha existido nenhuma assembleia popular superior ao rei. No entanto, a objeção de que não existe, nas fontes, uma distinção clara entre conselhos e assembleias permanece como um argumento válido contra o uso do termo poder popular para a política do Oriente Próximo. Quem eram os participantes nos processos decisórios? Se uma minoria de anciões estava no controle local, isso não pode ser denominado como poder popular, pelo menos não sem estabelecer a existência de algum tipo de mandato partindo do povo para os anciões. Como será visto, recentes contribuições no estudo da participação popular na política do Antigo Oriente Próximo adotam posições desconfortáveis na questão vital sobre quem era “o povo”. Supõe-se que elites locais estavam no comando de decisões locais, ao mesmo tempo em que os termos poder popular e liberdade popular são usados para descrever independências locais das autoridades centrais. Quem eram as pessoas envolvidas na tomada de decisões? A seguir, termos centrais para “o povo” serão discutidos, antes de olharmos para algumas fontes que descrevem situações envolvendo a tomada de decisões coletiva por parte do que parecem ser os “cidadãos”.

### **Os cidadãos das cidades babilônicas**

Há uma série de termos acadêmicos que os acadêmicos utilizaram para se referir aos cidadãos de antigas cidades do Oriente Próximo. Eu os discutirei brevemente a seguir. Um termo comum usado para os habitantes de cidades mesopotâmicas sobre a capacidade de tomada de decisões é “homens da cidade”, *awilu sa alim\**. Um termo similar ao “homens da cidade” é “filhos da cidade”, *maru sa alim*, usado por corpos de processos decisórios. Como será visto, a identidade destes “homens” e “filhos” é difícil de determinar. O termo

---

<sup>3</sup> Raaflaub, 1998: 31.

<sup>4</sup> Robinson, 2011: 24-25.

evidentemente é usado como sinônimo de “os homens da cidade”. Um terceiro termo que é frequentemente encontrado em textos legislativos é *alum*, simplesmente “cidade”. Aparentemente, isso indica um corpo para a tomada de decisões sob certas circunstâncias, em particular ações judiciais. Como será discutido abaixo, há instâncias em que “a cidade” é usado similarmente a “os homens da cidade”. No entanto, também há casos onde “a cidade” aparece como um sinônimo para “os anciões”, *sibutum*. Este é o problema fulcral: se “os homens da cidade”, “os filhos da cidade” ou “a cidade” denotam “os anciões”, é difícil argumentar que estes termos podem ser traduzidos como “cidadãos” no sentido de um corpo cívico inclusivo na política do Antigo Oriente Próximo.

O termo “homens da cidade”, *awilu sa alim*, é um bom ponto de partida para começar uma discussão acerca das dificuldades em se definir um cidadão a partir das fontes acadianas. O Dicionário Assírio, da Universidade de Chicago, define *awilum* simplesmente como “homem”.<sup>5</sup> Evidentemente, o termo tinha um significado mais específico na antiga Babilônia, onde havia uma oposição entre um *awilum* e um *muskenum*. Isto causou muitas discussões. Theophile Meek em sua tradução do Código Hamurabi traduziu *awilum* como um senhor ou cavaleiro.<sup>6</sup> Isto foi muito debatido posteriormente (ex: Selz, 2007; von Dassow, 2011). Acadêmicos geralmente concordam que uma divisão social crucial na sociedade babilônica antiga se dava entre aqueles com obrigações para com os palácios e templos, chamados *awilum*, e os plebeus fora das grandes instituições, chamados *muskenum*. Um *awilum* é, portanto, um “cidadão”. Eles tinham o direito de terem seus casos julgados antes da assembleia, e poderiam participar de grupos decisórios. No entanto, não há nenhuma concordância acerca do tamanho deste grupo ou acerca de quantas pessoas participavam das tomadas de decisões. Como será visto, discussões sobre este termo tendem a se mover em círculos. Por exemplo: Fritz Rudolf Kraus sugere que *awilum* tem um duplo sentido, denotando simultaneamente a elite e a população em geral.<sup>7</sup> É exatamente este o problema: quando *awilum* se refere à elite e quanto se refere a um uso mais geral?

---

<sup>5</sup> CAD AII, 1968: 48-57.

<sup>6</sup> ANET, 1971 [1969]: 166 n.39.

<sup>7</sup> Kraus, 1973: 97-98.

Fritz Rudolf Klaus argumenta que as pessoas referenciadas como *awilum* no Código Hamurabi podem ser consideradas como uma elite com conexões com o palácio.<sup>8</sup> Esta é uma argumentação razoável, uma vez que estas pessoas claramente têm posições privilegiadas no Código Hamurabi. Reuven Yaron concorda que pessoas referenciadas como *awilum* têm privilégios a partir de suas conexões com os palácios e os templos, mas enfatiza que isto não significa que um *awilum* possa ser definido como exclusivamente pertencente à elite dos palácios e templos.<sup>9</sup> Eva von Dassow sugere que *awilum* era um status associado aos proprietários de terras juntamente com suas obrigações para com o palácio.<sup>10</sup> No entanto, em sua interpretação, um cidadão era qualquer um que não fosse um *wardum*, “escravo”.<sup>11</sup> Ela argumenta que a diferença entre um *awilum* e outros cidadãos é que o *awilum* tinha autoridade política: “os *awilu* [...] eram a classe dominante, pares de reis ou até mesmo os próprios reis. As leis de Hamurabi tentaram formalizar esse status ao criar uma classe de *awilum* diferenciada do corpo geral de sujeitos cidadãos, os *muskenum*”.<sup>12</sup> Na interpretação de von Dassow, todos os cidadãos poderiam participar de processos decisórios.<sup>13</sup>

A identidade dos cidadãos da Antiga Babilônia é um ponto discutível. Na minha visão, a alegação de von Dassow sobre a existência de uma elite formal entre os cidadãos, com uma influência política particular não-dividida entre todos os cidadãos, não pode ser acompanhada da alegação de que todos os cidadãos poderiam participar dos processos decisórios coletivos. É difícil de escapar dessa auto-contradição. Para períodos posteriores, não há uma oposição parecida, discernível nas fontes, entre os *awilum* e outros tipos de cidadão. No entanto, há uma tendência a enxergar um *awilum* como uma pessoa distinta, mais do que um habitante ou sujeito ordinário, particularmente quando ele é mencionado como parte dos “homens da cidade”, no sentido de uma assembleia decisória. É de longa data a visão de que a participação nas assembleias políticas e judiciais era restrita aos “notáveis locais” ou a uma “elite urbana”.<sup>14</sup> A *puhrum*, um comum termo acadiano para “assembleia”, não é, portanto, um exemplo de uma

---

<sup>8</sup> Kraus, 1973: 117.

\* N.T.: esses termos todos em itálico na verdade têm um monte de acentos, só que eu não sei como colocar, rs.

<sup>9</sup> Yaron, 1988: 151-154.

<sup>10</sup> Von Dassow, 2011: 211.

<sup>11</sup> Von Dassow, 2011: 213.

<sup>12</sup> Von Dassow, 2011: 215.

<sup>13</sup> Von Dassow, 2011: 217-218.

<sup>14</sup> Ex: Cuq, 1929: 360; Seri, 2005: 188.

assembleia popular, mas sim um conselho da elite. Se esse fosse o caso, não poderia haver a alegação de que existiu um poder popular em cidades mesopotâmicas, a menos que possa ser estabelecido que a elite nas assembleias, de alguma forma, obteve um mandato concedido pela comunidade local, ou que as massas poderiam participar de processos decisórios para além das assembleias da elite. A seguir, vou apresentar alguns textos que ilustram o problema em determinar a identidade destes participantes da política, antes discutindo outras definições para a cidadania nas fontes acadianas.

### **Cidadãos e anciãos**

Há uma série de textos da Antiga Babilônia que se referem a decisões tomadas em grupo. Se estes grupos podem ser definidos como assembleias de cidadãos é uma questão complexa. Não há concordância entre os acadêmicos acerca da interpretação desses corpos decisórios, sua composição ou autoridade. A seguir, vou apresentar e discutir duas passagens do Código Hamurabi e um documento sobre o veredito de um processo judicial.

O 23º artigo do Código Hamurabi estabelece que, em caso de assalto cujo autor não foi encontrado, o “cidadão” (*awilum*) roubado deve declarar-se “diante do deus” (*mahar ilim*), e então o *alum u rabianum*, “cidade e prefeito”, devem reparar a posse perdida. Na próxima passagem, no 24º artigo, diz-se que o *alum u rabianum*, “cidade e prefeito”, devem pagar uma mina “ao seu povo” (*ana nisisu*) caso a vítima do assalto seja assassinada.<sup>15</sup>

Em outro documento, “a cidade e os anciãos” (*alum u sibutum*) delegam um caso referente a um pomar disputado em julgamento pela deusa Ninmar no portão de Ninmar, onde o acusado deve prestar juramento.<sup>16</sup>

Estes textos nos dão vislumbres tentadores sobre o sistema jurídico de grupos decisórios. As identidades dos diferentes grupos e seus membros é difícil de estabelecer, e este problema tem causado muitas controvérsias entre os especialistas. Arnold Walther foi convencido de que em textos da Antiga Babilônia, os *sibutum*, “anciãos”, são equivalentes à *puhrum*, “assembleia”, que é equivalente à *alum*, “cidade”.<sup>17</sup> No entanto, P. Koschaker e A. Ungnad argumentam que a identificação de Walther acerca da “assembleia”, dos “anciãos” e

---

<sup>15</sup> ANET, 1971 [1969]: 167; Viel, 2005: 422-423.

<sup>16</sup> Kohler/Ungnad, 1911: 33-34.

<sup>17</sup> Walther, 1968 [1917]: 55.

da “cidade” não se sustenta, uma vez que os textos da Antiga Babilônia frequentemente funcionam com uma distinção entre “cidade” (*alum*) e “anciãos” (*sibutum*): os dois termos são comumente pareados, mas eles também são claramente separados. Koschaker e Ugnad sugerem que *alum* e *puhrum* eram termos intercambiáveis e que o *sibutum* tinha alguma relação com o *puhrum*, sem que fossem idênticos. No entanto, eles admitem que a posição *puhrum* é difícil de analisar.<sup>18</sup> Andrea Seri argumenta que *alum* nos textos da Antiga Babilônia é uma instituição específica constituída pelos “moradores influentes da cidade”, similarmente aos “anciãos”. Ela interpreta que “a cidade” e “os anciãos” são duas instituições separadas.<sup>19</sup> Posteriormente, Seri interpreta a *puhrum* como uma arena independente para negociações envolvendo grupos corporativos como “os anciãos” ou “a cidade” quando necessário.<sup>20</sup> Em sua interpretação, *alum* é a oposição à autoridade local do *rabianum*, “o prefeito”, e “anciãos”. Ela sugere que “a “cidade” pode ter sido instituída pelo estado como um contrabalanceio aos anciãos”.<sup>21</sup>

A concepção de que os termos acadianos relativos às tomadas de decisões grupais correspondem diretamente às instituições tem sido questionada. A sugestão de Seri, de que *alum* foi uma instituição à parte é criticada por Dominique Charpin como uma infeliz consequência de uma concepção lexicográfica ingênua que equipara termos usados em discussões decisórias e instituições.<sup>22</sup> Na visão dele, *alum* não era uma instituição à parte, mas era relacionada à “assembleia”, “os anciões”, e *rabianum* em diversas constelações.<sup>23</sup> Esta parece ser uma interpretação sensível. Eu concordo com Charpin que “a cidade” como contrapartida aos “anciões” não pode ser mantida. Pelos textos apresentados acima, parece que “a cidade” deveria ser considerada como um termo que cobre não somente uma instituição específica, mas que é aplicada num senso geral para aglomerações dos que tomam decisões. Marten Stol sugere que *rabianum* e *sibutum* “o prefeito e os anciãos” também poderiam ser chamados de *alum*, a “cidade”.<sup>24</sup> A avaliação de Stol me parece ter um bom senso de evidência, sem uma excessiva leitura do intrincamento burocrático da nomenclatura babilônica antiga. Os diversos termos

---

<sup>18</sup> Koschaker/Ugnad, 1923: 148.

<sup>19</sup> Seri, 2005: 154-156.

<sup>20</sup> Seri, 2005: 179-180.

<sup>21</sup> Seri, 2005: 190.

<sup>22</sup> Charpin, 2007: 169.

<sup>23</sup> Charpin, 2007:179.

<sup>24</sup> Charpin/Edzard/Stol, 2004: 676.



para o corpo decisório de fato parecem se referir ao mesmo tipo de corpo, e não a uma vasta variedade de diferentes corpos. O porquê dos “anciões” serem citados em específico talvez se dê à possibilidade de que eles também detinham outras tarefas que não envolviam “a cidade”. Portanto, “os anciões” podem ter sido um grupo vagamente definido de importantes pessoas que estavam, entre outras coisas, envolvidos em processos decisórios, em conjunto com outros “cidadãos” em um conselho ou assembleia. Posteriormente, “a cidade” pode ser interpretada como um tipo de conselho que chegava a vereditos juntamente com o prefeito. Sua composição não é clara, mas é improvável que se tratava de uma grande assembleia, uma vez que era designada a ter responsabilidades econômicas diretas com “cidadãos”. Não seria forçado argumentar que era um conselho local, ou talvez um conselho de anciões ou notáveis. No entanto, o documento abordado mostra que “os anciões”, na verdade, eram separados da “cidade”. Como mencionado anteriormente, seria ingênuo supor que todo termo usado para um grupo de pessoas tomando decisões seria igual a uma instituição política formalmente constituída e reconhecida. No entanto, eu argumentaria que este documento dificulta o simples descarte de que poderia haver outros corpos decisórios mais inclusivos que “os anciões”. Resta ver se eram de fato assembleias de cidadãos ou se era um senso de um corpo cívico de cidadãos nas cidades do Oriente Próximo.

### **Privilégios e cidadãos**

Até agora, foram discutidos textos da Era do Bronze na Antiga Babilônia. Em períodos posteriores, há textos que nos dão mais informações sobre a situação dos “cidadãos” na Babilônia. Há um texto do 1º milênio A.E.C. conhecido como *Conselho para um Príncipe* que, entre outras coisas, dá uma descrição detalhada de como um príncipe deveria lidar com as cidades sob seu comando. Nele contém avisos contra o abuso real dos privilégios das cidades babilônicas e seus “filhos”, incluindo Sippar, Nippur e Babilônia.<sup>25</sup> É atestado que “se (ele) [o rei] impor uma multa ou prisão a um filho de Sippar, Nippur ou Babilônia, a cidade onde a multa ou prisão foi imposta será arrasada até suas fundações e um inimigo estrangeiro entrará

---

<sup>25</sup> “*Advice to a Prince*” é um texto acadiano datado do 1º milênio; é conhecido dos tablettes do 7º século Nineveh e Neo-Babilônico Nippur (Kuhrt, 1997 [1995]: 612). Também foi referenciado em cartas (Rainer, 1982). Benjamin R. Foster sugere que foi endereçado a Merodach Baladan, um rei babilônico do século 8 (Foster, 1995: 391). Independente de a quem o conselho foi destinado, nos dá um vislumbre sobre a posição das cidades da Babilônia na Era do Aço em relação à governantes estrangeiros.

no local de aprisionamento. Se ele, à totalidade de Sippar, Nippur e Babilônia, impor trabalho forçado no povo supracitado, exigindo-os serviço ao grito recrutador, Marduk, sábio dos deuses, príncipe deliberativo, transformará sua [do rei] terra em terra do inimigo para que as tropas de suas terras façam trabalho forçado ao seu inimigo”.<sup>26</sup>

Um outro texto que menciona os privilégios dos babilônios é ABL 878. É uma carta enviada pelos babilônios para Ashurbanipal, onde os babilônios parecem reclamar que um oficial real havia matado um babilônio. Os babilônios alegavam que nem mesmo um cão poderia ser morto depois de ter entrado na cidade. Todos que entravam na cidade eram livres.<sup>27</sup>

A identidade dos “filhos da cidade” não está clara no *Conselho para um Príncipe*. Parece que o termo é usado de modo inclusivo, ao invés de exclusivo, para todos os habitantes. Esta interpretação é corroborada em ABL 878, onde os babilônios se referem aos privilégios dos habitantes da cidade como sendo estendidos a todos que entram na cidade. No entanto, ABL 878 não é muito bem compreendido, e a causa da reclamação dos babilônios não está clara. A alegação de que nem um cão poderia ser agredido pode ser confundido como uma hipérbole.<sup>28</sup> No entanto, como Mogens Trolle Larsen sugere, ABL 878 pode ser interpretado como uma evidência para um orgulho civil e uma indicação de que até pessoas de baixo status aproveitavam de todos os direitos civis na Babilônia.<sup>29</sup> Esta parece ser uma interpretação razoável: na minha visão, o uso da hipérbole no ABL 878 indica que os babilônios consideravam que seus privilégios eram aplicáveis a qualquer um; a todos os babilônios.<sup>30</sup> Isto não significa que todos participavam de processos decisórios. Porém, é provável que as elites locais não eram

---

<sup>26</sup> *Advice to a Prince*, tradução adaptada por Foster, 1995: 391-392 e Lambert, 1960: 110-115. Uma cópia do texto acadiano transliterada e traduzida pode ser encontrada em Cole, 1996: 268-274.

<sup>27</sup> ABL 878 em Dandamayev, 1995: 24.

<sup>28</sup> Kuhrt, 1997 [1995]: 615.

<sup>29</sup> Larsen, 2000b: 125.

<sup>30</sup> Pode-se argumentar que há evidências que sustentam uma cidadania inclusiva nas cidades mesopotâmicas a partir da história *O Pobre de Nippur (The Poor Man of Nippur)*: nesta história, um pobre homem, cidadão de Nippur, é prejudicado pelo prefeito e elabora um plano para se vingar (texto em Foster, 1995: 357-362). Amélie Kuhrt aponta que o pobre homem é caracterizado como um “filho da cidade X”, o que o identifica como membro de uma comunidade urbana. O texto acadiano está num tablete do século 7 (Kuhrt, 1997 [1995]: 612). No entanto, deve-se ter em mente que o texto é uma composição literária. Sua data e sua relevância direta com as cartas neo-assírias discutidas aqui devem ser questionadas. Esta história não pode ser tomada como evidência de que ser um “filho da cidade” ou um cidadão não necessariamente implique em um status de elite.

as únicas pessoas a serem levadas em consideração pelas autoridades. Parece que um forma de cidadania inclusiva existiu, e que protegia os habitantes e os garantia direitos jurídicos.

O ponto da reclamação dos babilônios direcionada a Ashurbanipal em *ABL 878* não está claro. Evidentemente tem algo a ver com jurisdição. Amélia Kuhrt sugere que “o ponto principal da carta parece ser que os habitantes tinham, por si só, o direito de iniciativa jurídica sobre qualquer um dentro dos limites da cidade. Ninguém pode ser executado sem que a decisão passe antes pelas autoridades da cidade; até mesmo pessoas declaradas agentes do rei podem infringir as leis da cidade – tal comportamento seria uma ofensa a toda a comunidade urbana”.<sup>31</sup> Na minha opinião, essa é uma boa explicação para a reclamação babilônica. Nos parece que os babilônicos podiam se comunicar diretamente com o rei para exigir que seus privilégios fossem honrados. Isso quer dizer que os babilônicos eram um coletivo, superior dentro do corpo político: Isso não é evidente. Com a afirmação de Kuhrt de que as autoridades cidadinas eram superiores ao rei, nós não nos aproximamos da determinação da natureza das “autoridades cidadinas” ou o que significa “toda a comunidade urbana”. Como veremos a seguir, não existe evidência de que haviam diferentes status nas cidades babilônicas do período neo-assírio de modo a ir contra uma interpretação de aplicação geral de privilégios a todos os habitantes das cidades.

Em muitos textos existem referências a um grupo chamado *mar bani*, muitas vezes traduzido como “cidadãos”. De acordo com alguns estudiosos, os privilégios-citadinos, *kidinnutu*, eram reservados aos *mar bani*. Quem eram os *mar bani*? O termo é de difícil interpretação e é centro de disputa entre estudiosos devido ao fato de, aparentemente, ser usado para designar um leque muito grande de pessoas, indo de altos oficiais até escravos libertos. De acordo com o Dicionário Assírio de Chicago, o termo acadiano *mar bani* é usado para designar pessoas livres ou cidadãos. É usado para distinguir pessoas livres de escravos. Além, o dicionário afirma que o termo também é usado em do primeiro milênio no sentido de “nobres”.<sup>32</sup> Estudiosos interpretaram os *mar bani* como uma espécie de aristocracia,<sup>33</sup> como membros da classe superior trabalhando dentro da organização maior dos templos,<sup>34</sup> assim como um corpo

---

<sup>31</sup> Kuhrt, 1997 [1995]: 615.

<sup>32</sup> CAD M, 1977: 256-257.

<sup>33</sup> Kuhrt, 1997 [1995]: 618.

<sup>34</sup> Renger, 1971? 498-499.

de cidadãos ricos ou pobres proprietários urbanos.<sup>35</sup> As traduções “cidadãos completos” ou “cidadãos com direitos plenos de cidadania” são também usadas.<sup>36</sup> Dessa forma, os limites do termo *mar bani* estão em disputa, assim como a identidade das pessoas chamadas de *mar bani*. É importante entender quem se enquadrava nessa definição para que possamos compreender melhor o funcionamento das cidades babilônicas no período neo-assírio. Se os *mar bani* formavam uma aristocracia, a autonomia urbana dos antigos centros urbanos da Babilônia não estaria estendida a grande parte dos habitantes citadinos. Essa discussão se relaciona à referente a definição de *awilum* na Velha Babilônia, como vimos anteriormente. Quem eram os cidadãos das cidades mesopotâmicas?

Na interpretação de Amélie Kuhrts, os *mar bani* eram uma elite que controlava funções cívicas e cultistas nas cidades babilônicas<sup>37</sup>. De modo similar, Grant Frame sugere que a participação nas assembleias das cidades babilônicas era reservada aos “cidadãos completos”, enfatizando, porém, que não sabemos a quem era permitido participar na assembleia e que o termo *mar bani* não é completamente entendido por nós<sup>38</sup>. Dandamayev usou dados prosopográficos das fontes onde *mar bani* os eram mencionados, a fim de “determinar seu posicionamento social, ocupacional e financeiro”. Ele descobriu que haviam “artesãos, padeiros, cervejeiros, açougues, mantenedores de templos e de campos de propriedade privada” entre eles.<sup>39</sup> Portanto, ele chega à conclusão de que o termo *mar bani* abrange homens nascidos livres, proprietários urbanos, ricos ou pobres, e que as pessoas do *mar bani* eram um grupo privilegiado de cidadãos, não nobres.<sup>40</sup> M. Jursa não concorda com o argumento de Dandamayev de que os *mar bani* formavam uma classe separada de cidadãos com acesso à assembleia ou outros corpos de tomada de decisão coletiva. Ele aponta que a existência de uma classe de cidadãos é difícil de defender, uma vez que não é possível afirmar que tenha existido

---

<sup>35</sup> Dandamayev, 1981: 47-48.

<sup>36</sup> Frame, 1992: 231.

<sup>37</sup> Kuhrt, 1997 [1995]: 618-619.

<sup>38</sup> Frame, 1992: 231.

<sup>39</sup> Dandamayev, 1981: 47.

<sup>40</sup> Dandamayev, 1981: 48. Em um artigo posterior, Dandamayev aponta que *mar bani* no sentido de nobreza aparece no período Persa, mas somente na inscrição Behistun de Dario I e outras inscrições persas como uma tradução acadiana de um termo do antigo dialeto persa (Dandamayev, 1995: 26). Ele rejeita o significado “nobreza” tomado a partir de uma falsa interpretação do termo antigo persa *amata*, um *hápax legomenon* traduzido com o acadiano *mar bani* (ibid. 27).

uma diferença de privilégios entre os *mar bani* e os outros homens livres da Babilônia.<sup>41</sup> Ao invés de uma classe de cidadãos, Jursa argumenta que a elite urbana proprietária, em especial os sacerdotes, eram os membros dos conselhos citadinos e das assembleias. Essas instituições, argumenta Jursa, consistiam de anciãos, notáveis, oficiais templários, assim como alguns membros seculares da sociedade, tudo juntos formando uma espécie de oligarquia.<sup>42</sup>

Como mencionado anteriormente, na análise de Kuhrt, o termo *mar bani* faz referência a uma ampla elite interna à população urbana, uma espécie de aristocracia, ao invés de de um coletivo exclusivo de cidadãos. Se “filhos da cidade” e *mar bani* são usados como sinônimos, como parece ter sido o caso no primeiro milênio, referências aos babilônios não equivale “ao povo”, mas sim a um grupo limitado de alto status. Porém, essa interpretação talvez seja estreita demais. Na minha opinião, o *Conselho para um Príncipe* se refere a “filhos de GN” no que parece ser um sentido geral, como habitantes das cidades babilônicas. Também, a carta de reclamação para Ashurbanipal. *ABL* 878 discutida anteriormente, insiste na ideia de que todos são protegidos pelos privilégios da cidade. Então, me sinto inclinado a apoiar a interpretação de Dadamayev, ou seja, de que *mar bani* é um termo geral para “proprietários livres”. Se isso está correto, a evidencia aponta que os privilégios dos “filhos da cidade” implicam uma referência mais inclusiva ao babilônios como habitantes ou residentes urbanos da Babilônia. A existência de uma “classe de cidadãos” é questionável, porém. Apesar de os *mar bani* serem referidos como um grupo de pessoas, eles não aparecem como uma classe distinta, uma vez que pessoas de níveis socioeconômicos muito diferentes estão inclusas. A mistura de usos específicos e gerais do que parecem ser termos para “cidadão” é uma séria dificuldade para nosso entendimento da natureza do governo urbano babilônico na Idade do Ferro. Parece que o grupo de pessoas que participava das assembleias e conselhos era o dos proprietários urbanos que pertenciam à elite socioeconômica ligada aos templos, mas não de exclusiva. A seguir serão discutidas evidências de uso de termos mais inclusivos para “cidadãos”.

### **Os filhos da cidade**

Em *ND* 2632, em uma carta enviada por dois oficiais assírios para Tiglath-Pileser III, eles relatam que se apresentaram diante o Portão de Marduk, da Babilônia, para discutir com

---

<sup>41</sup> Jursa, 2011: 57-58.

<sup>42</sup> Jursa, 2011: 58.

“os homens da Babilônia” e um caldeu. “Os filhos da cidade da Babilônia” se uniram aos “homens da Babilônia” e ao caldeu. Os dois oficiais assírios tentaram trazer para seu lado do debate “os filhos da cidade da Babilônia” e os fazer abandonar o caldeu. Eles argumentaram que o *kidinnutu* babilônico estava firmemente estabelecido. Porém, “os filhos da cidade da Babilônia” se negaram a discutir o assunto com eles. “Os Cinco” e “os Dez” também estavam presentes, mas não participaram.<sup>43</sup>

Mogens Trolle Larsen interpreta a situação em *ND 2632* como uma em que membros do conselho dos anciãos da Babilônia vem ao portão para negociar com os assírios, na presença de representantes de um rei caldeu. Em sua interpretação, “esse era um procedimento normal usado pelos assírios em seus contatos diplomáticos com rebeldes: muito mais fácil persuadi-los do que ter que chamar o exército”. Ele argumenta que a situação “certamente indica que os cidadãos de uma cidade como a Babilônia tinham instituições cívicas pelas quais poderiam entrar em negociações e representar os interesses da comunidade, i.e., uma assembleia que poderia até funcionar, até certo ponto, de modo independente ao rei local”. Essa instituição, argumenta Larsen, era a *puhrum*, ou “assembleia”, presente em muitas cidades mesopotâmicas. Ele assume que a *puhrum* consistia dos anciãos da comunidade. Ainda que tenha existido uma assembleia popular também, ele sustenta que “nós não temos nenhum conhecimento real de como uma tal instituição possa ter funcionado”.<sup>44</sup> Eu concordo que “uma assembleia popular” é difícil de se sustentar apenas pela menção de “os babilônicos” tomando decisões. Provavelmente o grupo envolvido nas tomadas de decisão e nas negociações com os assírios era limitado. De qualquer forma, a situação descrita em *ND 2632* parece indicar que um corpo limitado foi o responsável por negociar em nome dos babilônicos. Se isso for correto, quais eram as relações entre esse corpo limitado e o resto da população urbana?

Gojko Barjamovic, admitindo que a identidade das pessoas que os assírios tentam convencer em *ND 2632* não é clara, aponta para o fato de que o mais importante é o atestado de que os assírios se importavam em tentar convencer os babilônios.<sup>45</sup> Em sua interpretação, o termo babilônicos, “filhos da cidade da Babilônia”, quando usado em contextos técnicos como negociações de paz ou apreensão de criminosos, se refere a “uma *instituição* [ênfase original] que detinha autoridade em nome da comunidade e ostentava seu nome”. Barjamovic acha

---

<sup>43</sup> Texto em Larsen, 2000b: 125; Cf. Van De Mieroop, 1999 [1997]: 137.

<sup>44</sup> Larsen, 2000b: 125.

<sup>45</sup> Barjamovic, 2004: 60.

improvável que “uma comunidade de milhares” pudesse “proferir uma declaração comum”.<sup>46</sup> Ele sugere que as cidades-Estado babilônicas eram organizadas com uma “distinção entre um (relativamente pequeno?) número de famílias antigas, permitidas pela tradição e pela riqueza acumulada (ao longo do tempo) a ocupar as principais posições seculares e religiosas na cidade, e um segmento maior da população que detinha direitos e obrigações menos extensivas com a comunidade, mas que também tinham influência política”. Ele argumenta que era provável que “a cidade” (*alum*) e “a assembleia” (*puhrum*) fossem “termos intercambiáveis”. Em sua interpretação, existia uma “falta de distinção entre a comunidade e as instituições de governo (“os cidadãos”)”.<sup>47</sup>

Barjamovic parece querer indicar que existiam dois grupos de cidadãos na Babilônia, um pequeno grupo formado pelos ricos que constituía “os cidadãos”, “cidade” ou “assembleia” em contextos formais, e um grande grupo de cidadãos que não era diretamente parte das instituições civis que tomavam decisões. Assim, na análise de Barjamovic, as cidades babilônicas tinham uma elite que detinha posições nas instituições cívicas e templárias, enquanto os menos abastados tinham acesso limitado às instituições de poder nas cidades, mas ainda assim com alguma influência política. Ainda assim, essa influência não é bem definida na reconstrução de Barjamovic.

Um outro texto pode adicionar à ideia da participação popular na tomada de decisão nas cidades. Em *ABL* 340, existe um relatório ao rei Esarhaddon de um certo Mar-Issa, que entre outras novidades avisa o rei que pode ser que ele receba falsos relatórios do *sakin temi*, “o comandante”, da Babilônia dizendo que “os filhos da Babilônia” (DUMU.MES KÁ.DINGIR.RA.KI) haviam arremessado pedaços de argila nele. Os babilônios haviam protestado contra impostos, pois estavam empobrecidos, e “o comandante” acusou falsamente alguns deles de terem arremessado pedaços de argila em seu mensageiro, o que justifica tê-los prendido. Um juiz babilônio estava em prisão domiciliar, e o rumor era de que ele havia incitado os protestos contra as taxas.<sup>48</sup>

O texto *ABL* 340 indica que alguns oficiais estavam empenhados para que o rei assírio recebesse relatórios verídicos sobre as ações “dos filhos da cidade” e sobre as opiniões do grupo em relação às políticas do rei. Parece que o aumento de taxas era visto como ilegal na época e

---

<sup>46</sup> Barjamovic, 2004: 56.

<sup>47</sup> Barjamovic, 2004: 58.

<sup>48</sup> *ABL* 340 = SAA 10, 348 em Parpola, 1993: 283-284.

que o comandante havia transgredido contra os babilônios. É interessante que o relatório ateste que “os filhos da Babilônia” haviam arremessado pedaços de argila nos mensageiros do comandante. A situação pode ser interpretada como uma de protesto popular. Barjamovic sugere que o texto indica algum tipo de pronunciamento público do planejamento de alterações nas taxas e uma correspondente resposta negativa do público.<sup>49</sup> Kuhrt entende o episódio como marca de ressentimento popular contra o domínio assírio.<sup>50</sup> Eu concordo com essas afirmações. Na minha opinião, o relatório indica que informações e decretos eram expostos ao público nas cidades, que poderiam reagir com violência e protestar contra políticas indesejadas. Além, um juiz é acusado de incitar revolta, indicando que “o comandante” pensou ser plausível que figuras de autoridade locais poderiam incitar a população a protestarem contra os decretos do rei. O preocupado oficial que escreve ao rei parece ter a esperança de que não vá punir os babilônicos, uma vez de que sabe que são inocentes das acusações de arremesso de argila. O relatório também cita que protestaram contra as medidas e isso parece ter sido considerado ação legítima pelo autor da carta. O pronunciamento público e aberto dos decretos reais e o risco de reações populares também pode ser observado em *ND 2632*, onde parece que negociações entre “os filhos da cidade” e os assírios aconteciam em espaço aberto, nos portões da cidade. Isso indica que os babilônicos, como coletivo, eram expectadores das negociações travadas pelos “filhos da cidade”. Em *ABL 340*, “os filhos da Babilônia” são acusados de terem arremessado pedaços de argila nos mensageiros “do comandante” da Babilônia e também “no comandante”, propriamente dito, indicando que os decretos eram comunicados às massas e que as pessoas poderiam protestar em público. Isso indica que a maioria dos cidadãos, mesmo que não inclusos nos processos de tomada de decisão, não eram agentes passivos. Seu relacionamento com a elite tomadora de decisões não é claro, mas parece que algum tipo de mandato popular era necessário, uma vez que as massas poderiam se rebelar contra medidas impopulares.

## Conclusões

A natureza da cidadania nas cidades mesopotâmicas é entendimento de modo incompleto por nós, em particular no que tange a participação política dos cidadãos. Parece provável que tanto os cidadãos da Velha Babilônia quanto da Neo-Babilônia tinham obrigações

---

<sup>49</sup> Barjamovic, 2004: 66.

<sup>50</sup> Kuhrt, 1997 [1995]: 586-587.



com o Estado e conexões com a organização templária e palaciana, de alguma forma. Porém, não nos parece que a cidadania fosse muito exclusiva. É necessário extrair do contexto de uso dos termos se um sentido geral ou restrito de “cidadão” é empregado, i.e., se se trata de um membro da elite, ou se os habitantes são aludidos em sentido mais geral. Existem alguns poucos exemplos da população mais geral agindo de forma politicamente ativa, através de sua intervenção em anúncios públicos e como expectadores em processos de tomada de decisão. Qualquer relação entre isso e o *demos* de Atenas é muito tênue. Porém, nos parecia que existiam sim expressões de poder popular nas cidades Mesopotâmicas. Elas são difíceis de delimitar em decorrência de nosso incompleto entendimento dos processos de tomada de decisão e da identidade daqueles envolvidos. A identidade dos cidadãos precisa ser investigada em cada caso particular, através da análise das situações descritas nas fontes.

### **Abreviações**

ANET, 1971 [1967]: Prichardm J. B. (ed.), 1971 [1969]: *Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament*. Princeton.

BCSMS: The Canadian Society for Mesopotamian Studies Bulletin.

BO: Bibliotheca Orientalis.

CAD: I. J. Gelb et al.: *The Assyrian Dictionary of the Oriental Insititute of the University of Chicago*. Chicago/Gluckstadt and Winona Lake, 1956ff.

JAOS: Journal of the American Oriental Society.

RA: Revue d’assyriologie et d’archéologie orientale

SAA 10: Parpola, S., 1993: *Letters from Assyrian and Babylonian scholars*. State Archives of Assyria 10. Helsinki.